



**PROJETO DE LEI N. \_\_\_\_\_, DE 2021.**

(Da Sra. Jéssica Sales)

Dispõe sobre alterações na lei 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que versa sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, e dá outras providências. ■■■■

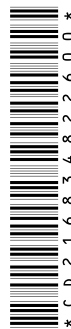
O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º. A lei 13.935, de 11 de dezembro de 2019, passará a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º. Toda escola de ensino infantil, fundamental ou médio, pública ou particular, que possua mais de 400 (quatrocentos) alunos, ficará obrigada a ter em seu quadro de profissionais contratados ao menos um psicólogo, para atendimento semanal dos docentes e alunos.

Art. 4º. O profissional psicólogo terá a função de prestar os seguintes atendimentos:

- I - orientação personalizada, com abordagem de temas corriqueiros do ambiente escolar;
- II - aconselhamento vocacional;





- III - aconselhamento familiar;
- IV - aconselhamento e acompanhamento de alunos, para os casos de comportamento antissocial;
- V - aconselhamento e acompanhamento de alunos, para os casos de bullying, uso de substâncias entorpecentes, abuso sexual, violência doméstica e quaisquer outros temas que repercutam no aprendizado do aluno ou no ambiente escolar.
- VI - aconselhamento de docentes quanto às dificuldades enfrentadas no ambiente escolar;
- VII - contribuição no processo cognitivo mediante a formulação de propostas visando auxiliar na construção do projeto pedagógico;
- VIII - encaminhamento, quando julgar necessário, a outros profissionais especializados;

Art. 5º. O profissional psicólogo deverá atuar em uma carga horária mínima de:

- I - 10 (dez) horas semanais, para escolas entre 400 (quatrocentos) e 600 (seiscentos) alunos;
- II - 14 (quatorze) horas semanais, para escolas entre 600 (seiscentos) e 1000 (mil) alunos;
- III - 20 (vinte) horas semanais, para escolas com mais de 1000 (mil) alunos;

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### JUSTIFICATIVA





Nossa Constituição da República anota que a educação é um dever do Estado e da família, devendo ser promovida mediante a colaboração da sociedade, tendo por foco o pleno desenvolvimento cognitivo do aluno, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificando-o para o trabalho.

É com esta tônica que, por meio da presente proposição, se busca tornar obrigatória a disponibilização permanente de um psicólogo naquelas escolas que tenham mais de 400 (quatrocentos) alunos matriculados. Isto porque, hodiernamente, o ambiente escolar não pode limitar-se a ser apenas um ambiente de transmissão do conhecimento, mas deve ser um espaço que atue na preparação do cidadão para o exercício da cidadania, com a transmissão de valores positivos que contribuam em sua formação.

Dentro desta perspectiva, entendemos adequado que cada escola com mais de 400 (quatrocentos) alunos possua, à sua disposição, de forma exclusiva e permanente, um psicólogo, cuja atuação será dedicada ao enfrentamento das dificuldades e desafios que surgem no ambiente escolar, notadamente na abordagem daqueles temas mais atuais, como bullying, uso de substâncias entorpecentes, abuso sexual, violência doméstica, etc.

Desta maneira, o projeto de lei em destaque tem por escopo melhor disciplinar lacunas contidas na lei federal 13.935/2019, pois a redação original da lei não disciplina a necessidade semanal e permanente de atuação do psicólogo no seio escolar, dando, em tese, espaço para que o Poder Público contrate ou disponibilize um número reduzido ou





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete da Deputada Jéssica Sales - MDB/AC

insuficiente de profissionais para atender a toda a rede de ensino.

Com as alterações propostas, busca-se garantir que cada escola com 400 (quatrocentos) alunos ou mais tenha com exclusividade à sua disposição um psicólogo escolar. Pretende-se, ainda, com a proposição, disciplinar uma carga horária mínima semanal, como forma de efetivar a atuação destes profissionais nas escolas.

Por fim, a proposição em tela também cria idêntica obrigação (de que cada escola com mais de 400 (quatrocentos) alunos tenha um psicólogo à disposição) para os estabelecimentos de ensino privado.

Diante destas considerações, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para que se apreciem e votem o projeto de lei em destaque.

Sala das Sessões, em        de abril de 2021.

Deputada Jéssica Sales.

